

Gestão Municipal do Programa Bolsa Família: acompanhamento das condicionalidades de 2006 a 2008

1. Breve introdução sobre o Programa Bolsa Família - PBF

O programa federal Bolsa Família foi criado no Brasil em outubro de 2003 e funciona de acordo com a Lei nº 10.836/04 e o Decreto 5.209/04. A criação do Bolsa Família determinou a união de outros programas não constitucionais de transferência de renda que estavam em vigor no país, como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação.

São beneficiadas as famílias com renda *per capita* mensal de R\$ 60,01 a R\$ 137,00 (pobres) e as com renda mensal *per capita* de até R\$ 60,00 (consideradas extremamente pobres). As famílias extremamente pobres são elegíveis independentemente de sua composição. Já as famílias consideradas pobres só podem fazer parte do programa se apresentar em sua composição crianças e adolescentes de até 17 anos.

Uma das dimensões do programa, além do alívio e superação da pobreza, é o “reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações”.¹

Quando uma família é selecionada para receber o benefício do Bolsa Família ela deve assumir o compromisso de cumprir as condicionalidades impostas nas áreas de educação e saúde:

- Educação: frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos.
- Saúde: acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das mulheres na faixa etária de 14 a 44 anos.

Se as famílias descumprirem as condicionalidades podem receber sanções gradativas, que vão desde a advertência, passando pela suspensão do benefício por 30 ou 60 dias, podendo chegar ao cancelamento se o descumprimento for repetido em cinco períodos consecutivos.

2. Gestão Municipal do PBF

A complexidade do gerenciamento do PBF em nível municipal é um assunto raramente abordado pelos meios de comunicação e pelos críticos em geral. A gestão municipal² de um programa federal de tamanha envergadura, que atende milhares de famílias por município e requer o acompanhamento de condicionalidades, é um grande desafio.

Dezenas de milhões de pessoas têm recebido o benefício e tem se integrado melhor ao sistema público de saúde e de educação, o que tem sido um grande avanço no país. Por outro lado, esses beneficiários

¹ As informações completas sobre o Programa Bolsa Família estão no website do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia.

² A Portaria GM/MDS nº 246/05, que trata do Termo de Adesão dos Municípios ao PBF, definiu os compromissos a serem assumidos, pela Prefeitura, na gestão do PBF (cadastramento das famílias, monitoramento das condicionalidades, gestão de benefícios e oferta de programas complementares).

estão transitando mais em prefeituras, em secretarias que gerem o Programa Bolsa Família, bancos ou lotéricas, ocasionando uma imensa pressão nas estruturas e serviços. **Trata-se de uma demanda sem precedentes para diversos organismos estaduais e municipais e exige uma resposta de qualidade que nem sempre esses organismos estão equipados a fornecer.** Esse é um desafio considerável para os governos federal, estaduais e principalmente municipais, mas que continua sendo sub-avaliado³.

O Brasil é um país de dimensões continentais que agrega milhares de pequenos municípios. **O governo federal tende a lançar seus programas sociais e passar para o município a responsabilidade de gerir grande parte deles, não levando em consideração que existe um número grande de prefeituras em que há apenas uma dezena de servidores que acumulam diversas funções.** Em muitos casos, poucas pessoas são responsáveis por milhares de cadastros. Em outros, são organizações pobremente equipadas que devem gerir o programa. Ou seja, não se conseguiu oferecer toda a ajuda técnica necessária a essas demandas e isso não é um desafio trivial.

Como o Bolsa Família é um programa de transferência condicionada de renda, para as famílias receberem o dinheiro é necessário manter os filhos matriculados nas escolas e cumprir com um calendário de visitas a postos de saúde. É o acompanhamento dessas condicionalidades que torna o PBF um programa social diferente dos outros. É papel e dever do gestor municipal informar ao Governo Federal, mais precisamente aos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério de Educação e Ministério da Saúde o acompanhamento destas famílias, se elas estão cumprindo ou não com as condicionalidades exigidas pelo programa.

A administração de todo esse sistema passa por ações de planejamento, cadastramento (e seleção, pois nunca há recursos suficientes ao número da demanda), distribuição de bens ou serviços, controle (acompanhamento, monitoramento e avaliação) e toda a estrutura logística e profissional que o programa requer (pessoal, estrutura, equipamento, treinamento, entre outros). E uma das maiores dificuldades dos municípios ocorre em relação ao registro de vacinação infantil e de acompanhamento de pré-natal para mulheres grávidas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), do Ministério da Saúde. Os problemas de acesso à internet nos municípios ainda impede que cumpram os prazos.

As maiores dificuldades para a gestão do programa em nível municipal são:

- Insuficiência de recursos humanos.
- Espaço físico insuficiente.
- Dificuldades na operação dos sistemas computacionais.
- Difícil acesso nas localidades distantes.
- Insuficiência de conhecimentos sobre o IGD.

2.1 Cadastro único

O município é o responsável pelo cadastro das famílias em extrema pobreza e que possam ser incluídas como beneficiárias do Bolsa Família, e também é responsável pela aplicação dos programas sociais que vão atingir essas pessoas. Nem todas as famílias incluídas no CadÚnico são selecionadas pelo governo federal para receber o benefício, pois existe uma cota para cada município. Aí já surge um ponto nodal, uma vez que os prefeitos é quem são cobrados pelas famílias que não foram incluídas como beneficiárias.

³ Sarah Maillieux Sant'Ana. *A perspectiva brasileira sobre a pobreza: um estudo de caso do Programa Bolsa Família*. Universidade Paris-Diderot, 2007.

Disponível em: <http://www.undp-povertycentre.org/publications/mds/24M.pdf>

O Governo Federal faz diversas recomendações para a gestão municipal do cadastro único⁴, trazendo para os municípios diversas responsabilidades. **No geral, as recomendações parecem estar sempre direcionadas para prefeituras bem equipadas e com um pessoal bem qualificado, o que não é a realidade brasileira.**

O governo diz ser necessário que o município mantenha uma infra-estrutura mínima satisfatória, com equipamentos que suportem a base de dados e com pessoal qualificado para executar as atividades inerentes ao Cadastro Único de forma permanente e contínua. **Entre todos os profissionais necessários estão: entrevistador, supervisor de campo, assistente social, supervisor do CadÚnico, administrador de rede, administrador da base e digitador.**

O CadÚnico é constituído por uma base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos, e uma base de informações que pode ser usada pelos governos municipais, estaduais e federal para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas. Dessa forma, o CadÚnico possibilita a análise das principais necessidades das famílias cadastradas e auxilia o poder público na formulação e gestão de políticas voltadas a esse segmento da população.

Trata-se de um sistema extremamente importante para a manutenção de dados sobre a pobreza no Brasil, no entanto, **toda a tarefa do cadastramento das famílias recai sobre os municípios**, que ficam responsáveis pela coleta de dados, alimentação, manutenção e atualização desse sistema. Veja abaixo a competência dos municípios:

- identificar as famílias que compõem o público-alvo do Cadastro Único e registrar seus dados nos formulários específicos;
- analisar os dados e zelar pela qualidade das informações coletadas;
- digitar, em sistema específico, e transmitir os dados das famílias cadastradas, acompanhando o retorno do processamento pela Caixa (arquivo-retorno);
- manter atualizada a base de dados municipal do Cadastro Único;
- dispor de infra-estrutura e recursos humanos permanentes para a execução das atividades inerentes à operacionalização do CadÚnico;
- estimular a utilização dos dados do Cadastro Único para o planejamento e gestão de políticas públicas locais voltadas à população de baixa renda, executadas no âmbito do governo local;
- prestar apoio e informações às famílias de baixa renda sobre o Cadastro Único; e
- arquivar os formulários em local adequado por um período mínimo de 5 anos.

Aos Estados cabem apenas atividades de coordenação e supervisão desse processo de cadastramento, promoção de atividades de capacitação dos municípios (que nem sempre são realizadas), e motivação DOS MUNICÍPIOS a manter atualizada a base de dados do Cadastro Único. A União (SENARC e MDS) compete também coordenar, acompanhar e supervisionar a execução do CadÚnico e avaliar sua qualidade, esclarecer dúvidas aos governos locais e fiscalizar.

Como vemos, todo o trabalho de detecção de famílias pobres, coleta de dados, inserção e atualização do sistema recai sobre as prefeituras. Além disso, também tem que ser feito todo o acompanhamento e

⁴ O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), regulamentado pelo [Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007](#), funciona como um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. É utilizado, obrigatoriamente, para a seleção de beneficiários e para integração de programas sociais do governo federal. O cadastramento das famílias é executado pelos municípios por meio da coleta de dados das famílias de baixa renda em formulário específico para esse fim.

fiscalização do cumprimento das condicionalidades de educação e saúde, e a transmissão dessas informações para os ministérios. **Ou seja, todo o trabalho pesado de administração do programa é transmitido aos municípios.**

2.2 Índice de Gestão Descentralizada - IGD

Para desempenhar toda essa função e realizar outras ações de melhoria na gestão do programa, o Governo Federal repassa ao município um valor determinado, o Índice de Gestão Descentralizada. Esse recurso vai direto para o município e pode ser utilizado para a compra de veículo para que os técnicos possam se deslocar até a casa da família; realizar treinamentos com os servidores; comprar computadores para modernizar o sistema de cadastro e acompanhamento destas pessoas; promover cursos de qualificação profissional com os cidadãos beneficiários, enfim, é um dinheiro que vem descarimbado pelo Governo Federal para que o gestor promova uma boa gestão do PBF. **No entanto, tais recursos não cobrem todas as despesas que os municípios têm com a gestão do programa e do cadastro único. A contrapartida das prefeituras é bem elevada, sendo que não chegam a conseguir contabilizar o montante dos gastos que são superiores à contrapartida.**

O índice é um número indicador que varia de 0 a 1 e mede a qualidade da gestão municipal tanto do Bolsa Família quanto do Cadastro Único (CadÚnico). O IGD é a garantia dos municípios de que o repasse mensal de recursos financeiros seja efetuado. Quanto maior o IGD conseguido pelo município, maior será o valor do recurso que receberá do MDS.

Para receber os recursos, o município deve atingir o valor mínimo de 0,55 no cálculo do IGD e o valor mínimo de 0,2 em cada um dos quatro indicadores que compõem o IGD, sendo que para o indicador de saúde terá este valor contabilizado a partir de fevereiro de 2009. Esses quatro indicadores são a média aritmética das seguintes variáveis: taxa de cobertura de cadastros; taxa de atualização de cadastros; taxa de crianças com informações de frequência escolar; taxa de famílias com acompanhamento das condicionalidades de saúde. Se o município não faz o acompanhamento das famílias, o Governo Federal fica sem a informação e entende que elas não estão cumprindo com as condições exigidas pelo programa e pode cancelar o pagamento do benefício.

Na verdade, o que se depreende de tudo isso é que o governo federal cria um programa, transfere quase todo o trabalho de administração deste programa às prefeituras e, ao final, avalia a qualidade do trabalho feito por estas prefeituras para, a partir daí, transferir os recursos para a administração do seu programa. Ou seja, para receber recursos básicos para administrar um programa federal, o município deve manter a qualidade das informações do Cadastro Único, atualizar essa base pelo menos a cada dois anos e informar sobre as condicionalidades da área de educação e saúde. Se o município cumprir direito seu trabalho, será recompensado com poucos recursos para administrar um programa que não criou. Recebem os recursos os municípios com IGD acima de 0,55 e 0,2 no mínimo em cada índice.

Em pesquisa sobre a utilização do IGD realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, procurou-se saber, entre outras coisas, sobre a infra-estrutura das prefeituras para administrar o PBF. Perguntados sobre a quantidade de computadores que tinham nas prefeituras para a gestão do bolsa família e do cadastro único, muitos municípios responderam que tinham apenas um computador disponível para isso. Ao analisar as respostas, o MDS faz a seguinte colocação: *“o município que possui somente um computador, caso ele venha a apresentar defeito, ficará sem recursos para atuar na gestão do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, pois o computador não terá substituto direto e imediato”⁵.*

⁵ Análise da Pesquisa sobre a utilização dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Brasília, 2007, p. 09.



Como se vê na citação acima, os pequenos municípios brasileiros, que possuem precária infra-estrutura e ainda recebem o peso de administrar um programa federal da envergadura do Bolsa Família, são ainda penalizados quando não tem condições materiais para gerir tal programa, não recebendo o recurso básico para a sua gestão.

Todos esses fatos analisados acima mostram um desequilíbrio entre os entes da federação na gestão de programas federais, que precisa ser analisado com muito cuidado e consideração. Vemos que o grande ônus na gestão do PBF vem recaindo sobre os municípios. Além disso, vemos que os mesmos vêm sendo injustamente penalizados com o não repasse de recursos para essa gestão caso enfrentem problemas para lidar com tamanha responsabilidade. E problema de gestão é o que não falta nos milhares de pequenos municípios brasileiros, que carecem de infra-estrutura, acesso à internet e principalmente mão de obra qualificada. Ao invés de cortar o repasse do IGD, o governo federal deveria rever suas regras e assumir maior responsabilidade na gestão do PBF, dando maior auxílio técnico aos governos locais.

3. Perfil da distribuição do PBF no país

Segundo o sistema de informações da Caixa Econômica Federal, neste mês de janeiro de 2009 existe **10.448.293 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF**. Os benefícios são distribuídos entre todos os municípios do país, sem exceção. A tabela abaixo mostra o número e a proporção de famílias atendidas por estado.

Calculando uma média hipotética de 3 pessoas por família (4^a coluna da tabela 1) chegamos a uma idéia aproximada do número de pessoas que são beneficiárias do bolsa família por estado e obtemos a classificação dos estados que possuem a maior e a menor proporção de famílias recebendo o Bolsa Família. Ao dividir esse número médio de habitantes beneficiários pela população do estado, obtivemos a proporção de pessoas pobres atendidas em cada unidade da federação. Trata-se de um número estimado e aproximado, pois a média de pessoas por família pode ter variação de um estado para outro. Todavia, no geral, os números mostram que **Piauí, Maranhão, Alagoas, Paraíba, Ceará e Pernambuco são os estados com a maior proporção de famílias beneficiárias**. Esses dados mostram que o Nordeste possui grande parte de sua população em estado de pobreza e extrema pobreza (ver tabela 1).

Entre os estados da região Centro Oeste, Sudeste e Sul constata-se que Minas Gerais e Espírito Santo são os que possuem maior faixa de pobreza, já que ambos possuem cerca de 14% da sua população atendida pelo PBF. Com exceção do Distrito Federal, **Santa Catarina (5,8%) e São Paulo (6,9%) são os estados com a menor proporção de famílias beneficiadas, dados que demonstram uma reduzida presença de famílias pobres e extremamente pobres nestes estados**.

Tabela 1

Previsão da proporção de pessoas atendidas por Estado				
UF	População do Estado	Qtde. Famílias atendidas	Qtde. pessoas atendidas	
			(hipótese 3 pessoas/família)	% Pop. Recebendo PBF
PI	3.111.196	360.511	1.081.533	34,8%
MA	6.305.539	730.171	2.190.513	34,7%
AL	3.127.557	346.489	1.039.467	33,2%
PB	3.742.606	407.619	1.222.857	32,7%
CE	8.450.527	863.003	2.589.009	30,6%
PE	8.734.194	882.703	2.648.109	30,3%
BA	14.502.575	1.379.661	4.138.983	28,5%
RN	3.106.430	291.004	873.012	28,1%
SE	1.999.374	179.002	537.006	26,9%
RR	412.783	34.632	103.896	25,2%
AC	680.073	55.249	165.747	24,4%
TO	1.280.509	102.401	307.203	24,0%
PA	7.321.493	530.258	1.590.774	21,7%
AM	3.341.096	222.648	667.944	20,0%
AP	613.164	39.386	118.158	19,3%
RO	1.493.566	92.204	276.612	18,5%
MG	19.850.072	980.039	2.940.117	14,8%
ES	3.453.648	169.299	507.897	14,7%
MS	2.336.058	101.167	303.501	13,0%
GO	5.844.996	244.676	734.028	12,6%
MT	2.957.732	121.324	363.972	12,3%
PR	10.590.169	359.601	1.078.803	10,2%
RS	10.855.214	363.469	1.090.407	10,0%
RJ	15.872.362	493.642	1.480.926	9,3%
SP	41.011.635	947.653	2.842.959	6,9%
SC	6.052.587	117.223	351.669	5,8%
DF	2.557.158	33.259	99.777	3,9%
Total	189.604.313	10.448.293	31.344.879	16,5%

Fonte: SIBEC – Sistema de Benefícios ao cidadão – Caixa (qtde. famílias atendidas)
https://www.beneficiossociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp

4. Resumo dos resultados sobre o acompanhamento das condicionalidades

Como vimos acima, o município assume praticamente todo o trabalho pesado na condução e administração do programa em análise, sendo que uma dessas tarefas é o acompanhamento das condicionalidades assumidas pelos beneficiários. As famílias assumem algumas condições para receber o Bolsa Família, por isso é chamado de um programa de transferência condicionada de renda. As condicionalidades são contrapartidas sociais que devem ser cumpridas por toda família do Programa para que permaneçam recebendo o benefício mensal.

O PBF tem como uma de suas dimensões contribuir para a redução da pobreza entre gerações. As condicionalidades são responsabilidades das famílias em relação ao cumprimento de uma agenda de atendimento nas áreas de saúde e educação que possa melhorar as condições para que as crianças e jovens de famílias beneficiárias desfrutem de maior bem-estar no futuro. O monitoramento do cumprimento é um dos componentes firmados no contrato entre as famílias e o governo federal. Nesse contrato, o governo afirma que identificar os motivos de não cumprimento de condicionalidades é um importante instrumento para a identificação das famílias que se encontram em maior grau de vulnerabilidade e risco social, e para que haja um acompanhamento mais individualizado.

Para receberem o dinheiro todo mês é necessário manter os filhos matriculados na escola, cumprir o calendário de vacinação das crianças até 7 anos e leva-las frequentemente ao posto de saúde para o acompanhamento de crescimento, fazer o pré-natal das grávidas e acompanhamento médico das mães que estão amamentando. É papel e dever do gestor municipal fazer todo esse acompanhamento na área de saúde e de educação destas famílias e informar ao Governo Federal se elas estão cumprindo ou não os compromissos assumidos.

Para se ter uma idéia de como anda o acompanhamento das condicionalidades do PBF, a Confederação Nacional de Municípios analisou os relatórios de acompanhamento de frequência escolar e de saúde dos anos de 2006, 2007 e 2008 fornecidos pelo Governo Federal/MDS. A partir daí, trabalhamos na obtenção das médias anuais de acompanhamento de frequências escolares e de condicionalidades de saúde.

O acompanhamento direto da frequência escolar das crianças e jovens de 6 a 15 anos beneficiárias do Bolsa Família vem crescendo a cada ano, mas ainda não é de 100%. De 2006 a 2008, a quantidade de alunos acompanhados no país cresceu 21%. Em 2008, foi informado ao Ministério da Educação a frequência escolar média de 83% de uma média anual de 15,3 milhões de alunos beneficiários. Em 2006, esse acompanhamento foi de 62% de 15,2 milhões, passando para 75% de 15,1 milhões em 2007. Esses dados chegam de todos os municípios brasileiros, que os enviam on-line bimestralmente.

Em todos os anos analisados, foi possível constatar que os municípios do estado de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro são os que mais acompanham a vida escolar de suas crianças beneficiárias. Esses três estados são também os que possuem a menor proporção de famílias recebendo o Bolsa, uma vez que metade das famílias beneficiárias estão localizadas no Nordeste do país (ver tabela 1).

As unidades da federação que apresentam o pior desempenho no acompanhamento direto dos alunos e no envio da frequência escolar são o Distrito Federal e o Amapá. Enquanto, em 2008, a grande maioria dos estados já acompanhava mais de 80% dos beneficiários, o DF ficava bem atrás, acompanhando apenas 68,6% dos alunos. Além disso, nos anos analisados, o DF nunca informou em seus relatórios de frequência a justificativa dos alunos que faltaram, ou seja, não foi requisitado às crianças que frequentaram menos de 85% das aulas uma justificativa formal, o que configura o descumprimento total da condicionalidade. O acompanhamento no DF e no Amapá é tão precário que, em tais localidades, não chegam a haver cancelamentos do Bolsa Família, o que deveria acontecer caso as famílias descumpram as condicionalidades algumas vezes. Como pode se ver na tabela 13 do estudo, no ano de 2007, quando começaram a aplicar mais intensamente as sanções às famílias que estavam descumprindo as

condicionalidades, o DF e o AP apresentaram números bem mais reduzidos, seguidos de absolutamente nenhum cancelamento. Em 2008, o DF teve 1 cancelamento, e o Amapá, teve 4.

São Paulo é a Unidade da Federação que aplica a grande parte dos cancelamentos do Bolsa Família, sendo que em 2007 e 2008, metade de todos os cancelamentos do país ocorreram nos municípios deste estado (ver tabelas 13 e 14). Em 2008, dos 50.650 cancelamentos que houve no país, 26.306 foi no estado de São Paulo. Tal fato se deve a dois fatores básicos. Primeiramente, os municípios paulistas fazem parte do grupo dos que mais acompanham a frequência escolar de alunos beneficiários, ou seja, quanto maior o número de acompanhados, maior será o número de sanções. Em segundo lugar, também vimos nas análises, que os alunos do estado de São Paulo são os que mais faltam às aulas, ocasionando os cancelamentos por falta de justificativa.

No que se refere ao acompanhamento das famílias na área de saúde, constatamos que, em nível nacional, em 2006 e 2007 menos da metade das famílias beneficiárias com perfil saúde eram totalmente acompanhadas (35,5% e 44,1%). Em 2008, um pouco mais da metade passou a ser acompanhada, tendo uma média de acompanhamento total de 57,6% .

Analisando os acompanhamentos por Região, vemos que em todos os anos o Nordeste é a região que mais acompanha suas famílias beneficiárias com perfil saúde, o que difere da área de educação, que é mais acompanhada nas regiões Sul e Sudeste.

Em todos os anos analisados, o Rio Grande do Norte se destaca como o estado que sempre acompanha totalmente mais de 50% de suas famílias com o perfil saúde, sendo que, em 2008, chegou a acompanhar em média 73% de suas famílias. Em 2006, todas as outras unidades da federação acompanharam menos de 50% das famílias (ver tabela 9).

Nesta área de saúde, o pior desempenho continua sendo o do Distrito Federal, que nunca chegou a acompanhar nem 10% das suas famílias que se encaixam neste perfil. Em 2006, o DF acompanhou totalmente apenas 5,4% das famílias. Em 2007, passou para 6,3%, e em 2008 informou ter acompanhado totalmente 35,3% de suas famílias.

Vale destacar que, em 2008, o Piauí obteve um desempenho muito bom também, passando a acompanhar 71,5% das suas famílias. Neste ano, 20 unidades da federação passaram a acompanhar mais da metade das famílias cadastradas (ver tabela 11 – abaixo). Acre, Amapá, Distrito Federal, Rondônia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul ainda acompanharam menos de 50% de suas famílias com perfil saúde no ano de 2008.

Para o Programa Bolsa Família não se tornar mais um programa meramente assistencialista e realmente auxiliar no progresso econômico e social das famílias, seria necessário uma gama maior de condicionalidades em áreas sociais, principalmente na área de saúde, e um real acompanhamento de todas as famílias beneficiadas, integrando-as com programas sociais. O acompanhamento de apenas 57,6% das famílias na área de saúde em 2008, que engloba tão poucos compromissos, pode tornar o Bolsa Família um programa meramente pontual de transferência de renda.

Veja todas as análises e explicações sobre condicionalidades, descumprimentos e sanções no estudo abaixo.

4.1 Análise dos resultados do acompanhamento em educação

Nesta parte do estudo será feita uma análise dos principais resultados do acompanhamento das condicionalidades de educação do PBF para todo o Brasil no período de 2006 a 2008, como forma de se

analisar a proporção de famílias atendidas pelo PBF que são acompanhadas e como anda a execução deste trabalho nos municípios. Esses sistemas de monitoramento são acessíveis pela internet⁶.

Quando observamos a planilha nacional de educação com o histórico de beneficiários de 6 a 15 anos mês a mês, temos uma visão ampliada de alguns dados importantes. De fevereiro a novembro de 2007, o número total de crianças beneficiadas vai aumentando bimestralmente, sendo que em novembro havia 815.610 mil crianças a mais do que em fevereiro. Já em 2008, o número de crianças beneficiadas vai sofrendo uma redução, como se pode ver nas tabelas abaixo.

Os números abaixo se referem ao total de beneficiários nesta faixa etária, não correspondendo ao número de crianças e adolescentes realmente acompanhados, que será analisado a seguir.

Tabela 2

Nº de beneficiários de 6 a 15 anos		Nº de beneficiários de 6 a 15 anos	
Brasil - 2007		Brasil - 2008	
Fevereiro	14.725.983	Fevereiro	15.705.317
Março	14.725.983	Março	15.705.317
Abril	14.991.563	Abril	15.008.856
Mai	14.991.563	Mai	15.008.856
Junho	15.198.047	Junho	15.356.120
Julho	15.198.047	Julho	15.356.120
Agosto	15.385.338	Agosto	15.138.787
Setembro	15.385.338	Setembro	15.138.787
Outubro	15.541.593		
Novembro	15.541.593		

Fonte: Sistema de acompanhamento da frequência escolar do PBF. Ministério da Educação – MEC

4.2 A frequência escolar

Os resultados da educação são referentes ao período de outubro de 2006 a setembro de 2008. Como existe uma variação da quantidade de beneficiários de um mês para outro, o presente estudo vai se basear no número médio de famílias por ano. Assim, nas tabelas a seguir, que apresentam a frequência escolar dos beneficiários acompanhados, usamos as médias anuais da quantidade dos mesmos. Após calcular as médias anuais de beneficiários por município, foi feita a soma destes por estado e por região, para termos uma visão geral do acompanhamento e do cumprimento das condicionalidades em todas as partes do país.

**Tabela 3 - Beneficiários de 6 a 15 anos
(médias anuais)**

Ano	Qtde média Beneficiários	Qtde Beneficiários Acompanhados	%
2006	15.244.078	9.569.322	62,2%
2007	15.168.505	11.469.006	74,8%
2008	15.356.764	12.950.429	83,1%

⁶ Sistema Bolsa Família na Saúde - SISVAN (<http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>).
Educação – Projeto presença on-line (<http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br>).

2006

Em 2006, aproximadamente 15,2 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos recebiam o Bolsa Família. Nem todas essas crianças tinham um acompanhamento direto de suas frequências escolares, que deve ser de no mínimo 85%. **Os estados que acompanharam a maior percentagem de crianças, tendo maior controle dessas frequências escolares, foram São Paulo e Santa Catarina**, que acompanharam, respectivamente, 73% e 72% de suas crianças. Por outro lado, Roraima e Amapá foram os estados com a menor percentagem, uma vez que ambos acompanham apenas 54% de suas crianças.

O acompanhamento da frequência escolar é feito pelos órgãos responsáveis bimestralmente, e a mesma é informada pela escola via um sistema on-line. Quando analisamos a média anual do desempenho das frequências escolares, vemos que **as crianças beneficiárias do Distrito Federal são as que mais foram à escola**, já que 99,8% apresentaram frequência igual ou superior a 85%. No entanto, os 0,2% que faltou não justificou o motivo. Santa Catarina vem em seguida, com 98,9% de suas crianças beneficiárias com boa frequência. Neste caso, **os beneficiários de São Paulo e Amapá são os que menos frequentaram a escola**, sendo que 5,4% dos alunos de ambos os estados frequentaram menos de 85% das aulas.

A tabela mostra também a percentagem daqueles que justificaram as faltas e daqueles que descumpriram a condicionalidade, frequentando menos de 85% das aulas e não informando o motivo, caso em que gera certas punições à família. No DF, as 101 crianças que faltaram em mais de 15% das aulas não justificaram. Em Santa Catarina, 90% daqueles que mais faltaram (1.766 alunos), não justificaram. Por outro lado, Acre, Amazonas e Amapá foram os que mais justificaram as ausências dos alunos.

Em nível nacional, uma média de 311.974 crianças acompanhadas não frequentou o mínimo de 85% das aulas em 2006 (3,3% do total de acompanhadas). Desses, 224.001 não justificou a ausência, descumprindo a condicionalidade (2,3%).

O MEC propôs abolir a possibilidade das escolas relatarem faltas sem motivo identificado, pois as informações sobre a frequência escolar são feitas pela diretoria das escolas via internet. As razões apontadas para as faltas são: doença do aluno, negligência dos pais, inexistência de serviços educacionais, dificuldades de locomoção, gravidez precoce e "sem motivo identificado". Segundo a consultora do PNUD responsável pelo monitoramento do programa, já no próximo relatório ficará proibido relatar uma falta sem o motivo. A direção das escolas públicas deverá se relacionar mais de perto com as famílias e diagnosticar os problemas que levam às faltas⁷.

Tabela 4

Frequência Escolar - Beneficiários de 6 a 15 anos (2006)							
UF	Qtde Beneficiários	Beneficiários acompanhados					
		Beneficiários acompanhados	% do perfil	Frequência = > 85 %	Frequência < 85 %		
					%	Motivo Justificado	Descumprto
Região Centro Oeste							
Distrito Federal	78.865	52.331	66,4%	99,8%	0,2%	0,0%	0,2%
Goiás	385.851	241.716	62,6%	98,0%	2,0%	0,6%	1,4%

⁷ Segundo notícia do PNUD Brasil – <http://www.pnud.org.br/noticias/impressao.php?id01=3110>

Mato Grosso do Sul	174.162	118.312	67,9%	97,2%	2,8%	0,4%	2,4%
Mato Grosso	220.978	128.040	57,9%	97,6%	2,4%	0,4%	2,0%
Total da região	859.856	540.399	62,8%				
Região Norte							
Acre	91.217	56.235	61,6%	96,7%	3,3%	1,6%	1,7%
Amazonas	337.288	196.688	58,3%	96,3%	3,7%	2,0%	1,8%
Amapá	46.969	25.532	54,4%	94,6%	5,4%	4,6%	0,8%
Pará	844.603	472.097	55,9%	98,3%	1,7%	0,8%	0,8%
Rondônia	145.143	91.929	63,3%	96,3%	3,7%	0,9%	2,8%
Roraima	51.027	27.533	54,0%	98,3%	1,7%	0,7%	1,1%
Tocantins	162.109	101.249	62,5%	96,6%	3,4%	1,4%	2,0%
Total da região	1.678.356	971.262	57,9%				
Região Nordeste							
Alagoas	435.736	249.089	57,2%	97,5%	2,5%	1,0%	1,4%
Bahia	1.751.468	973.378	55,6%	96,9%	3,1%	0,9%	2,2%
Ceará	1.117.882	661.547	59,2%	96,4%	3,6%	1,5%	2,1%
Maranhão	983.545	619.832	63,0%	98,2%	1,8%	1,2%	0,6%
Paraíba	462.697	274.657	59,4%	97,5%	2,5%	0,7%	1,9%
Pernambuco	1.024.126	583.425	57,0%	97,0%	3,0%	1,4%	1,6%
Piauí	434.002	269.874	62,2%	97,5%	2,5%	1,4%	1,1%
Rio Grande do Norte	354.504	235.248	66,4%	97,7%	2,3%	0,7%	1,6%
Sergipe	256.364	160.223	62,5%	97,1%	2,9%	0,9%	1,9%
Total da região	6.820.324	4.027.271	59,0%				
Região Sudeste							
Espírito Santo	272.926	167.046	61,2%	95,3%	4,7%	1,4%	3,3%
Minas Gerais	1.693.609	1.135.132	67,0%	96,1%	3,9%	0,7%	3,2%
Rio de Janeiro	695.318	463.257	66,6%	96,3%	3,7%	0,8%	2,9%
São Paulo	1.636.184	1.202.250	73,5%	94,6%	5,4%	0,8%	4,6%
Total da região	4.298.037	2.967.685	69,0%				
Região Sul							
Paraná	704.595	468.282	66,5%	96,8%	3,2%	0,5%	2,7%
Rio Grande do Sul	639.977	419.100	65,5%	97,4%	2,6%	0,3%	2,3%
Santa Catarina	242.933	175.325	72,2%	98,9%	1,1%	0,1%	1,0%
Total da região	1.587.505	1.062.707	66,9%				
Total do país	15.244.078	9.569.322	62,2%				

2007

Em 2007, aproximadamente 15,1 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos estavam recebendo o Bolsa Família, um número levemente inferior a 2006 (15,2). Por outro lado, **o número de beneficiários acompanhados vem crescendo, sendo que em 2007 essa percentagem subiu 12,6%**, pois foram acompanhados 74,8% das crianças e adolescentes que receberam o PBF.

Os estados com melhor desempenho no monitoramento de frequência escolar passaram a ser Santa Catarina (83,3%) e Mato Grosso do Sul (81,7%), que apresentaram uma proporção cerca de 10% maior do que os estados classificados em primeiro e segundo lugar em 2006. Amapá

continuou tendo o pior desempenho, acompanhando apenas 64,2% de seus beneficiários. O Distrito Federal ficou como a segunda unidade da federação que menos acompanhou (65%).

Quanto à frequência escolar, em 2007, vemos que as **crianças beneficiárias do Bolsa Família do Distrito Federal continuaram sendo as que mais freqüentaram a escola (99,6%)**. Santa Catarina perdeu o lugar para o Piauí, que passou a ter a segunda maior percentagem de crianças freqüentando a escola (99,2%). A maior proporção de abstenções ficou para o Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que 4,1% e 7,2% dos alunos desses estados freqüentaram menos de 85% das aulas. O Estado de São Paulo manteve sua tendência em ter o maior número de faltas, aumentando em relação a 2006.

Quanto aos descumprimentos, vemos que, no DF, como em 2006, todas as crianças beneficiárias que freqüentaram menos de 85% das aulas não justificaram (200), descumprindo totalmente a condicionalidade. Mato Grosso figura como o Estado com maior percentagem de descumprimentos, pois 89% daqueles que faltaram em mais de 15% das aulas (2.487 alunos) não justificaram a ausência. Em seguida vem Santa Catarina, com 86% dos alunos com baixa freqüência não justificando em 2007. Apenas nos estados do Acre, Pará, Roraima e Piauí a maioria dos que faltaram justificaram o motivo.

Em nível nacional, uma média de 313.034 crianças acompanhadas não freqüentou o mínimo de 85% das aulas em 2007 (2,7% do total de acompanhados). Desses, 235.985 não justificou a ausência, descumprindo a condicionalidade.

Tabela 5

Frequência Escolar – Beneficiários de 6 a 15 anos (2007)							
UF	Qtde Beneficiários	Beneficiários acompanhados					
		Beneficiários acompanhados	% do perfil	Frequência = > 85 %	Frequência < 85 %		
					%	Motivo Justificado	Descumprto.
Região Centro-Oeste							
Distrito Federal	72.412	47.073	65,0%	99,6%	0,4%	0,0%	0,4%
Goiás	378.279	265.813	70,3%	98,2%	1,8%	0,5%	1,3%
Mato Grosso do Sul	171.574	140.243	81,7%	97,6%	2,4%	0,3%	2,0%
Mato Grosso	213.307	147.408	69,1%	98,1%	1,9%	0,2%	1,7%
Total da região	835.572	600.537	71,5%				
Região Norte							
Acre	90.448	70.132	77,5%	98,5%	1,5%	0,7%	0,8%
Amazonas	348.807	244.620	70,1%	98,5%	1,5%	0,7%	0,9%
Amapá	57.508	36.920	64,2%	98,3%	1,7%	1,1%	0,6%
Pará	847.011	604.338	71,3%	98,9%	1,1%	0,5%	0,6%
Rondônia	144.967	107.740	74,3%	98,0%	2,0%	0,7%	1,3%
Roraima	54.112	38.620	71,4%	99,1%	0,9%	0,3%	0,5%
Tocantins	157.948	118.710	75,2%	98,0%	2,0%	0,8%	1,3%
Total da região	1.700.801	1.221.080	72,0%				
Região Nordeste							
Alagoas	439.745	305.237	69,4%	98,4%	1,6%	0,8%	0,8%
Bahia	1.733.126	1.204.701	69,5%	98,1%	1,9%	0,5%	1,4%

Ceará	1.102.473	853.580	77,4%	98,1%	1,9%	0,6%	1,3%
Maranhão	980.303	768.323	78,4%	98,9%	1,1%	0,7%	0,4%
Paraíba	464.836	355.767	76,5%	98,2%	1,8%	0,4%	1,4%
Pernambuco	1.037.344	745.189	71,8%	97,7%	2,3%	1,0%	1,3%
Piauí	436.660	327.882	75,1%	99,2%	0,8%	0,3%	0,5%
Rio Grande do Norte	352.092	270.508	76,8%	97,9%	2,1%	0,7%	1,5%
Sergipe	254.933	201.414	79,0%	98,3%	1,7%	0,4%	1,3%
Total da região	6.801.512	5.032.601	74,9%				
Região Sudeste							
Espírito Santo	274.258	212.540	77,5%	96,0%	4,0%	0,7%	3,2%
Minas Gerais	1.634.540	1.286.564	78,7%	97,2%	2,8%	0,6%	2,3%
Rio de Janeiro	719.041	573.515	79,8%	95,9%	4,1%	0,9%	3,2%
São Paulo	1.675.825	1.332.069	79,5%	92,8%	7,2%	1,2%	6,0%
Total da região	4.303.665	3.404.687	78,9%				
Região Sul							
Paraná	672.262	530.868	79,0%	96,6%	3,4%	0,5%	2,9%
Rio Grande do Sul	616.501	480.816	78,0%	97,4%	2,6%	0,5%	2,1%
Santa Catarina	238.192	198.417	83,3%	98,8%	1,2%	0,2%	1,0%
Total da região	1.526.955	1.210.102	80,1%				
Total do país	15.168.505	11.469.006	74,8%				

2008

Em 2008, aproximadamente 15,3 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos estavam recebendo o Bolsa Família, um número superior a 2006 e 2007. O **número de beneficiários acompanhados continuou crescendo, sendo que em 2008, uma média anual de 83,1% foi acompanhada (8% a mais que em 2007).**

Os estados com melhor desempenho no monitoramento de frequência escolar foram mais uma vez Santa Catarina (89% dos beneficiários acompanhados), seguido, desta vez, pelo Rio de Janeiro (88% de acompanhados). Essas médias estaduais de acompanhamento vêm crescendo ano a ano e, em 2008, apresentou uma melhora de cerca de 5% em relação a 2007. Distrito Federal e Amapá continuam tendo o pior desempenho, acompanhando, respectivamente 68,6% e 76,7% dos seus beneficiários. **Nos três anos analisados, o DF é a unidade da federação com a melhor frequência escolar, mas, por outro lado, é a que menos acompanha o desempenho dos alunos e a que mais apresenta descumprimentos por faltas injustificadas.**

Quanto à frequência escolar, o DF, como mencionado acima, possui a maior proporção de **crianças beneficiárias do Bolsa Família frequentando a escola em mais de 85% das aulas (99,6%).** Desta vez, segundo as médias de 2008, O Acre se sobressaiu, com 99,3% de suas crianças com essa boa frequência. A maior proporção de abstenções ficou, mais uma vez, para São Paulo, sendo que 4,8% de seus alunos frequentaram menos de 85% das aulas. **O Estado de São Paulo, nos últimos 3 anos, vem liderando o ranking das menores frequências escolares, com uma média que está aumentando gradativamente.**

Quanto aos descumprimentos, vemos que, mais uma vez, nenhuma criança do DF justificou seu alto número de faltas (142 beneficiários). Isso mostra que o Distrito Federal não vem fazendo um acompanhamento de perto das famílias das crianças com baixa frequência escolar, e provavelmente, suas escolas não exigem a justificativa dos alunos. Mato Grosso ainda figura como a segunda unidade da federação com maior percentagem de descumprimentos, pois 90% daqueles que faltaram em mais de 15% das aulas, não justificaram a ausência. Em seguida,

também continua vindo Santa Catarina, com 83% dos alunos com baixa frequência não justificando em 2008.

Em nível nacional, uma média de 251.107 crianças acompanhadas não frequentou o mínimo de 85% das aulas (1,9% do total de acompanhados) em 2008. Desses, 178.881 não justificou a ausência, descumprindo a condicionalidade, número que vem reduzindo ano a ano.

Tabela 6

Frequência Escolar - Beneficiários de 6 a 15 anos (2008)							
UF	Qtde Beneficiários	Beneficiários acompanhados			Frequência < 85 %		
		Beneficiários acompanhados	% do perfil	Frequência = > 85 %	%	Motivo Justificado	Descumpto.
Região Centro-Oeste							
Distrito Federal	63.378	43.478	68,6%	99,7%	0,3%	0,0%	0,3%
Goiás	382.828	298.348	77,9%	98,4%	1,6%	0,5%	1,1%
Mato Grosso do Sul	170.191	143.104	84,1%	98,3%	1,7%	0,4%	1,4%
Mato Grosso	207.655	169.467	81,6%	98,1%	1,9%	0,2%	1,7%
Total da região	824.052	654.398	78,1%				
Região Norte							
Acre	99.943	78.500	78,5%	99,3%	0,7%	0,2%	0,5%
Amazonas	374.468	319.475	85,3%	98,7%	1,3%	0,6%	0,7%
Amapá	72.315	55.490	76,7%	99,2%	0,8%	0,5%	0,3%
Pará	880.619	733.023	83,2%	98,9%	1,1%	0,5%	0,6%
Rondônia	147.239	118.026	80,2%	98,7%	1,3%	0,5%	0,8%
Roraima	54.912	44.823	81,6%	99,3%	0,7%	0,3%	0,4%
Tocantins	159.688	136.064	85,2%	98,3%	1,7%	1,1%	0,7%
Total da região	1.789.184	1.485.401	81,5%				
Região Nordeste							
Alagoas	464.212	380.221	81,9%	98,6%	1,4%	0,8%	0,6%
Bahia	1.754.590	1.434.756	81,8%	98,8%	1,2%	0,4%	0,8%
Ceará	1.142.981	998.924	87,4%	98,7%	1,3%	0,5%	0,8%
Maranhão	1.008.711	840.750	83,3%	98,8%	1,2%	0,5%	0,6%
Paraíba	477.249	413.831	86,7%	98,7%	1,3%	0,4%	0,9%
Pernambuco	1.080.627	868.394	80,4%	98,6%	1,4%	0,4%	1,0%
Piauí	441.139	370.036	83,9%	98,9%	1,1%	0,7%	0,4%
Rio Grande do Norte	362.938	312.466	86,1%	98,8%	1,2%	0,5%	0,7%
Sergipe	255.266	213.358	83,6%	98,6%	1,4%	0,4%	1,1%
Total da região	6.987.713	5.832.736	83,9%				
Região Sudeste							
Espírito Santo	271.208	229.550	84,6%	96,8%	3,2%	0,8%	2,4%
Minas Gerais	1.582.677	1.353.259	85,5%	98,0%	2,0%	0,5%	1,5%
Rio de Janeiro	766.856	675.384	88,1%	97,7%	2,3%	0,6%	1,7%
São Paulo	1.678.600	1.463.168	87,2%	95,2%	4,8%	1,0%	3,8%
Total da região	4.299.341	3.721.360	86,3%				
Região Sul							
Paraná	631.050	547.526	86,8%	97,2%	2,8%	0,5%	2,3%
Rio Grande do Sul	593.650	502.671	84,7%	97,7%	2,3%	0,5%	1,9%
Santa Catarina	231.774	206.337	89,0%	98,9%	1,1%	0,2%	0,9%
Total da região	1.456.474	1.256.533	86,8%				

Total do país	15.356.764	12.950.429	83,1%				
---------------	------------	------------	-------	--	--	--	--

4.3 Beneficiários de 16 a 18 anos – 2008

Nessa faixa etária, obtivemos os dados, por município, apenas referentes a abril, maio, junho a julho de 2008. Os números por estado trabalhados abaixo são as médias estaduais desses 4 meses. Com essa tabela temos uma idéia das médias de beneficiários do Bolsa Família na faixa etária de 16 a 18 anos, em 2008. **Em nível nacional, havia uma média de 1,4 milhões de beneficiários de 16 a 18 anos em 2008.** Foi acompanhada a frequência escolar de 76% deles.

Os Estados que acompanharam a maior proporção de alunos nessa faixa etária foram o Amapá (84,9%) e o Rio Grande do Norte (84,6%). A maior proporção de alunos com frequência escolar igual ou maior que 75% estão nos estados de Roraima (99,7%) e Acre (99,3%). **Os jovens que menos foram à escola, com maior proporção frequentando menos de 75% das aulas foram os do Rio Grande do Sul (7,9%) e do Paraná (6,8%).** E o que mais descumpriu, não justificando os motivos das faltas, foi o Distrito Federal, onde 100% dos que faltaram mais de 15% não justificaram (46 jovens). O outro lugar que mais descumpriu foi Santa Catarina, onde 98,4% (763 jovens) dos que mais faltaram não justificou, descumprindo a condicionalidade.

Em nível nacional, uma média de **34.055 jovens acompanhados não frequentou o mínimo de 75% das aulas (3,1% do total de acompanhados).** Desses, **30.299 não justificou a ausência, descumprindo a condicionalidade (89%).**

Tabela 7

Frequência Escolar – Beneficiários de 16 a 18 anos (2008)							
UF	Qtde Beneficiários	Beneficiários acompanhados					
		Beneficiários acompanhados	% do perfil	Frequência => 75 %	Frequência < 75 %		
%	Motivo Justificado				Descumpto.		
Região Centro-Oeste							
Distrito Federal	8.171	3.123	38,2%	98,5%	1,5%	0,0%	1,5%
Goiás	32.676	22.809	69,8%	98,5%	1,5%	0,3%	1,2%
Mato Grosso do Sul	16.083	12.072	75,1%	96,9%	3,1%	0,2%	2,9%
Mato Grosso	18.772	13.598	72,4%	95,4%	4,6%	0,2%	4,4%
Total da região	75.701	51.601					
Região Norte							
Acre	8.688	6.805	78,3%	99,3%	0,7%	0,1%	0,6%
Amazonas	32.265	25.896	80,3%	98,9%	1,1%	0,4%	0,7%
Amapá	5.963	5.060	84,9%	99,0%	1,0%	0,5%	0,4%
Pará	86.141	72.479	84,1%	99,0%	1,0%	0,4%	0,7%
Rondônia	12.991	9.690	74,6%	97,8%	2,2%	0,5%	1,7%
Roraima	4.700	3.684	78,4%	99,7%	0,3%	0,1%	0,1%
Tocantins	15.444	11.484	74,4%	97,7%	2,3%	1,3%	0,9%
Total da região	166.189	135.096					
Região Nordeste							
Alagoas	41.394	32.631	78,8%	98,7%	1,3%	0,4%	0,9%
Bahia	163.747	133.122	81,3%	98,0%	2,0%	0,3%	1,7%
Ceará	107.797	89.979	83,5%	97,9%	2,1%	0,3%	1,8%
Maranhão	106.658	85.289	80,0%	97,8%	2,2%	0,6%	1,5%
Paraíba	49.271	37.760	76,6%	97,1%	2,9%	0,3%	2,5%
Pernambuco	102.472	77.904	76,0%	97,6%	2,4%	0,2%	2,1%
Piauí	46.394	37.219	80,2%	97,6%	2,4%	1,3%	1,1%
Rio Grande do Norte	34.905	29.541	84,6%	97,9%	2,1%	0,2%	1,9%
Sergipe	26.222	19.990	76,2%	98,0%	2,0%	0,1%	1,9%
Total da região	678.859	543.433					
Região Sudeste							
Espírito Santo	24.134	17.589	72,9%	94,2%	5,8%	0,4%	5,4%
Minas Gerais	150.933	114.724	76,0%	96,4%	3,6%	0,2%	3,4%
Rio de Janeiro	69.322	55.339	79,8%	97,2%	2,8%	0,2%	2,6%
São Paulo	123.374	99.224	80,4%	93,7%	6,3%	0,2%	6,1%
Total da região	367.763	286.875					
Região Sul							
Paraná	53.142	39.214	73,8%	93,2%	6,8%	0,2%	6,6%
Rio Grande do Sul	49.809	36.245	72,8%	92,1%	7,9%	0,3%	7,6%
Santa Catarina	19.050	14.018	73,6%	94,5%	5,5%	0,1%	5,4%
Total da região	122.000	89.476					
Total no país	1.410.511	1.106.481	76,2%				

4.4 Acompanhamento em Saúde

Quando uma família é selecionada para receber o benefício do Bolsa Família ela deve também assumir compromissos na área de saúde, que se referem ao acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos; pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos⁸. Ou seja, o Setor Saúde é responsável pelo acompanhamento de todas as gestantes e crianças menores de sete anos de idade contempladas com o benefício do programa.

As famílias beneficiárias deverão ser assistidas por uma Equipe de Saúde da Família ou por uma Unidade Básica de Saúde, sendo fundamental que a equipe de saúde esclareça à família sobre sua participação no cumprimento das ações que compõem as condicionalidades do programa, deixando-a ciente de suas responsabilidades na melhoria de suas condições de saúde e nutrição.

As gestantes devem fazer a inscrição do pré-natal e comparecer às consultas na Unidade de Saúde com o cartão da gestante, de acordo com o calendário mínimo preconizado pelo Ministério da Saúde. Devem, também, se disponível, participar de atividades educativas sobre aleitamento materno e orientação para uma alimentação saudável da gestante e preparo para o parto. Os responsáveis pelas crianças menores de 7 anos devem levar a criança à unidade de saúde para a realização do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento; e cumprir o calendário vacinal da criança, de acordo com o preconizado pelo Ministério da Saúde.

Ao município cabe orientar a equipe de saúde para que: anote no Mapa Diário de Acompanhamento os dados de todas as crianças menores de sete anos e de todas as mulheres entre 10 e 50 anos, informando se estas são gestantes ou não. Ao final do dia ou do mês ou em prazo estipulado como rotina, as equipes de saúde devem inserir as informações no módulo de gestão do SISVAN disponível na internet.

Veja abaixo os quadros resumo sobre o acompanhamento das famílias com o perfil saúde nos anos de 2006, 2007 e 2008. **Vê-se que acompanhamento em saúde ainda é bem menos praticado em comparação ao de educação, mas vem crescendo a cada ano.**

Tabela 8 - Acompanhamento de saúde - Famílias (médias anuais)

Ano	Qtde Famílias Beneficiárias Perfil Saúde	Qtde Famílias Totalmente Acompanhadas	%
2006	8.416.353	2.990.811	35,5%
2007	10.528.621	4.641.718	44,1%
2008	10.460.963	6.025.288	57,6%

Tabela 9 - % Famílias acompanhadas por Região

Região	2006	2007	2008
Norte	29,1%	45,0%	54,9%
Nordeste	41,3%	51,9%	63,4%
Centro-Oeste	27,4%	34,5%	52,3%
Sudeste	33,3%	41,0%	51,0%
Sul	34,5%	49,8%	57,5%

⁸ As normas para oferta e monitoramento das ações de saúde relativas às condicionalidades do Programa Bolsa Família - PBF foram regulamentadas por meio da Portaria Interministerial Ministério da Saúde e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome nº 2509, de 18/11/04. As ações registradas semestralmente no Módulo de Gestão do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN, disponível no *site* da Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição - CGPAN.



Em 2006 e 2007 menos da metade das famílias beneficiárias com perfil saúde eram totalmente acompanhadas (35,5% e 44,1%). Em 2008, um pouco mais da metade passou a ser acompanhada, tendo uma média de acompanhamento total de 57,6% .

Analisando os acompanhamentos por Região, vemos que em todos os anos **o Nordeste é a região que mais acompanha** suas famílias beneficiárias. Em seguida vem a região sul, sempre a segunda a mais acompanhar (Tabela 9).

2006

No ano de 2006 houve uma média de 8.416.353 famílias registradas no PBF com perfil saúde, sendo apenas 2.990.811 delas totalmente acompanhadas (35,5%). Outras 196.099 famílias foram parcialmente acompanhadas (2,3%).

O único estado a acompanhar totalmente mais de 50% das famílias beneficiárias com o perfil saúde foi o Rio Grande do Norte, que acompanhou 62,9% de suas famílias. Todas as outras unidades da federação acompanharam menos de 50% de suas famílias (ver tabela 9 – abaixo).

O Distrito Federal mantém o mesmo desempenho ruim, acompanhando a menor percentagem de famílias no país. Ou seja, em 2006, o DF acompanhou totalmente apenas 5,4% das suas famílias beneficiárias. Vemos que, nessa unidade da federação, a maioria das famílias apenas recebe a renda, assumindo os compromissos das condicionalidades se quiserem. O Amapá foi o segundo estado a menos acompanhar (6,6%).

Dentre as famílias acompanhadas no país, 92,8% cumpriu totalmente os compromissos na área de saúde. Os estados que mais cumpriram de forma total a condicionalidade foram o Rio Grande do Norte (98,1%) e Sergipe (98,0%).

O estado com maior proporção de famílias que descumpriram totalmente foi a Paraíba (0,65% = 1.024 famílias) e Pernambuco (0,26% = 701 famílias). Famílias de 10 outros estados também descumpriram totalmente (ver tabela 9).

Tabela 9

Acompanhamento de Saúde - Famílias (2006)											
UF	Quantidade de Famílias	Famílias Totalmente Acompdas.	%	Famílias Parcialmente Acompdas.	%	Cumpriram Totalmente	%	Cumpriram Parcial	%	Descump.	%
Região Centro-Oeste											
DF	28.255	1.520	5,4%	242	0,9%	1.510	85,7%	251	14,3%	1	0,03%
GO	195.250	49.437	25,3%	3.706	1,9%	49.284	92,7%	3.839	7,2%	20	0,04%
MS	86.682	36.826	42,5%	5.314	6,1%	36.397	86,4%	5.738	13,6%	6	0,01%
MT	110.233	16.531	15,0%	1.731	1,6%	16.492	90,3%	1.766	9,7%	5	0,02%
Total Região	420.420	104.313	24,8%	10.992	2,6%	103.682	89,9%	11.594	10,1%	30	0,03%
Região Norte											
AC	41.491	10.113	24,4%	948	2,3%	10.001	90,4%	1.053	9,5%	7	0,06%
AM	148.803	49.030	32,9%	3.286	2,2%	48.667	93,0%	3.576	6,8%	73	0,14%
AP	14.356	948	6,6%	36	0,2%	940	95,5%	44	4,5%	-	0,00%
PA	360.180	83.835	23,3%	4.607	1,3%	83.360	94,3%	5.048	5,7%	34	0,04%
RO	70.992	19.026	26,8%	1.580	2,2%	18.968	92,1%	1.634	7,9%	5	0,02%
RR	20.204	3.494	17,3%	372	1,8%	3.468	89,7%	392	10,1%	7	0,17%
TO	79.577	35.603	44,7%	1.085	1,4%	35.516	96,8%	1.166	3,2%	7	0,02%
Total Região	735.601	202.048	27,5%	11.914	1,6%	200.918	93,9%	12.912	6,0%	131	0,06%
Região Nordeste											
AL	252.270	56.892	22,6%	4.444	1,8%	56.677	92,4%	4.627	7,5%	32	0,05%
BA	1.044.078	340.691	32,6%	24.948	2,4%	338.672	92,6%	26.382	7,2%	586	0,16%
CE	700.601	316.384	45,2%	12.928	1,8%	315.803	95,9%	13.377	4,1%	132	0,04%
MA	542.346	198.874	36,7%	5.134	0,9%	197.454	96,8%	6.227	3,1%	328	0,16%
PB	320.958	151.226	47,1%	5.948	1,9%	149.287	95,0%	6.863	4,4%	1.024	0,65%
PE	631.421	261.469	41,4%	6.615	1,0%	259.704	96,9%	7.679	2,9%	701	0,26%
PI	274.531	117.257	42,7%	4.286	1,6%	117.004	96,3%	4.507	3,7%	33	0,03%
RN	228.718	143.883	62,9%	2.376	1,0%	143.473	98,1%	2.755	1,9%	31	0,02%
SE	148.711	57.285	38,5%	681	0,5%	56.822	98,0%	1.078	1,9%	66	0,11%
Total Região	4.143.632	1.643.959	39,7%	67.358	1,6%	1.634.894	95,5%	73.493	4,3%	2.931	0,17%
Região Sudeste											
ES	151.527	45.567	30,1%	3.182	2,1%	45.384	93,1%	3.336	6,8%	29	0,06%
MG	949.160	344.634	36,3%	24.196	2,5%	342.838	93,0%	25.678	7,0%	314	0,08%
RJ	308.589	82.531	26,7%	5.151	1,7%	82.159	93,7%	5.499	6,3%	24	0,03%
SP	824.088	204.996	24,9%	34.314	4,2%	204.304	85,4%	34.969	14,6%	38	0,02%
Total Região	2.233.364	677.728	30,3%	66.842	3,0%	674.685	90,6%	69.482	9,3%	403	0,05%
Região Sul											
PR	393.103	184.737	47,0%	21.220	5,4%	184.158	89,4%	21.737	10,6%	62	0,03%
RS	364.879	126.425	34,6%	13.728	3,8%	126.015	89,9%	14.115	10,1%	24	0,02%
SC	125.356	51.602	41,2%	4.046	3,2%	51.443	92,4%	4.190	7,5%	15	0,03%
Total Região	883.338	362.764	41,1%	38.994	4,4%	361.616	90,0%	40.042	10,0%	100	0,02%
Total do País	8.416.353	2.990.811	35,5%	196.099	2,3%	2.975.793	92,8%	207.521	7,1%	3.595	0,09%

2007

No ano de 2007 houve uma média de 10.538.621 milhões de famílias dentro do perfil saúde, 2,1 milhões a mais que em 2006. Desse total de famílias, 4.641.718 milhões, 44,1%, foram totalmente acompanhadas na área de saúde.

O estado que mais acompanhou de forma total o desempenho de suas famílias beneficiárias foi, mais uma vez, o Rio Grande do Norte (70,9%). Pernambuco vem em segundo (56,9%). Neste ano, seis estados passaram a fazer o acompanhamento total de um pouco mais da metade das famílias cadastradas (ver tabela 10 – abaixo).



O Distrito Federal mantém o mesmo desempenho ruim, sem mudanças de 2006 para 2007. Ou seja, em 2007, o DF acompanhou a média de 5,5% das suas famílias beneficiárias, apenas 0,1% a mais que em 2006. O Amapá também continuou o segundo estado a menos acompanhar, mas teve um avanço significativo, saltando de 6,6% a 15,5% das famílias.

Dentre as famílias acompanhadas no país, 92,8% cumpriu totalmente os compromissos na área de saúde. Os estados que mais cumpriram de forma total a condicionalidade foram o Rio Grande do Norte (98,1%) e Pernambuco (97,8%).

Em todos os estados houve uma parcela das famílias que descumpriu totalmente os compromissos. O estado com maior proporção dessas famílias foi Roraima (0,38% = 50 famílias).

Tabela 10

Acompanhamento de Saúde - Famílias (2007)											
UF	Quantidade de Famílias	Famílias Totalmente Acompdas.	%	Famílias Parcialmente Acompdas.	%	Cumpriram Totalmente	%	Cumpriram Parcialmte	%	Descump.	%
Região Centro-Oeste											
DF	41.300	2.259	5,5%	340	0,8%	2.136	82,2%	462	17,8%	1	0,02%
GO	256.127	76.431	29,8%	7.664	3,0%	76.094	90,5%	7.995	9,5%	6	0,01%
MS	111.728	54.869	49,1%	3.733	3,3%	53.398	91,1%	5.180	8,8%	24	0,04%
MT	133.441	38.255	28,7%	3.377	2,5%	38.144	91,6%	3.485	8,4%	3	0,01%
Total Região	542.595	171.813	31,7%	15.114	2,8%	169.771	90,8%	17.122	9,2%	33	0,01%
Região Norte											
AC	50.116	17.740	35,4%	1.938	3,9%	17.593	89,4%	2.080	10,6%	6	0,03%
AM	200.424	93.111	46,5%	8.304	4,1%	92.641	91,3%	8.762	8,6%	11	0,01%
AP	27.908	4.331	15,5%	586	2,1%	4.305	87,6%	609	12,4%	3	0,05%
PA	498.457	205.354	41,2%	14.218	2,9%	203.406	92,6%	16.130	7,3%	36	0,02%
RO	93.904	31.773	33,8%	3.239	3,4%	31.596	90,2%	3.415	9,8%	2	0,00%
RR	30.492	12.606	41,3%	624	2,0%	11.057	83,6%	2.123	16,0%	50	0,38%
TO	102.118	54.008	52,9%	3.730	3,7%	53.726	93,1%	4.001	6,9%	12	0,02%
Total Região	1.003.418	418.922	41,7%	32.638	3,3%	414.323	91,8%	37.119	8,2%	118	0,03%
Região Nordeste											
AL	321.527	115.411	35,9%	7.216	2,2%	114.616	93,5%	7.999	6,5%	13	0,01%
BA	1.320.015	542.455	41,1%	46.613	3,5%	540.043	91,7%	48.955	8,3%	70	0,01%
CE	837.597	448.948	53,6%	34.308	4,1%	447.619	92,6%	35.612	7,4%	26	0,01%
MA	677.930	313.169	46,2%	11.320	1,7%	311.828	96,1%	12.618	3,9%	43	0,01%
PB	386.679	191.895	49,6%	10.394	2,7%	191.401	94,6%	10.877	5,4%	11	0,01%
PE	817.316	465.167	56,9%	9.469	1,2%	464.305	97,8%	10.290	2,2%	42	0,01%
PI	349.150	188.570	54,0%	9.169	2,6%	188.182	95,2%	9.552	4,8%	5	0,00%
RN	282.528	200.399	70,9%	3.201	1,1%	199.716	98,1%	3.868	1,9%	17	0,01%
SE	179.943	86.689	48,2%	1.589	0,9%	85.683	97,1%	2.589	2,9%	6	0,01%
Total Região	5.172.682	2.552.701	49,3%	133.276	2,6%	2.543.390	94,7%	142.358	5,3%	230	0,01%
Região Sudeste											
ES	190.079	77.821	40,9%	7.035	3,7%	77.444	91,3%	7.405	8,7%	6	0,01%
MG	1.092.528	520.495	47,6%	46.704	4,3%	517.169	91,2%	49.962	8,8%	68	0,01%
RJ	437.484	145.921	33,4%	8.202	1,9%	145.429	94,4%	8.686	5,6%	8	0,01%
SP	1.088.617	300.301	27,6%	44.672	4,1%	298.981	86,7%	45.974	13,3%	19	0,01%
Total Região	2.808.707	1.044.537	37,2%	106.613	3,8%	1.039.023	90,3%	112.027	9,7%	101	0,01%
Região Sul											
PR	443.011	225.193	50,8%	27.278	6,2%	224.395	88,9%	28.062	11,1%	15	0,01%
RS	420.300	165.038	39,3%	12.728	3,0%	164.497	92,5%	13.252	7,5%	17	0,01%
SC	137.909	63.515	46,1%	5.210	3,8%	63.316	92,1%	5.405	7,9%	4	0,01%
Total Região	1.001.220	453.746	45,3%	45.216	4,5%	452.208	90,6%	46.719	9,4%	35	0,01%
Total da País	10.528.621	4.641.718	44,1%	332.855	3,2%	4.618.713	92,8%	355.344	7,1%	516	0,01%

2008

Em 2008 houve uma média de 10.460.963 famílias com o perfil saúde recebendo o Bolsa Família, sendo que 6.025.288 foram totalmente acompanhadas (67,6%), número que cresce a cada ano.

O Rio Grande do Norte continuou com o melhor desempenho no acompanhamento nesta área de saúde, sendo que acompanhou de forma total 73,0% de suas famílias de acompanhamento. Vale destacar que o Piauí obteve um desempenho muito bom também, passando a acompanhar 71,5% das suas famílias. Neste ano, 20 unidades da federação passaram a acompanhar mais da metade das famílias cadastradas

(ver tabela 11 – abaixo). **Acre, Amapá, Distrito Federal, Rondônia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul** ainda acompanharam menos de 50% de suas famílias com perfil saúde no ano de 2008.

O Distrito Federal melhorou seu desempenho no acompanhamento de famílias, passando a acompanhar de 6,3% famílias em 2007 a 36,2% em 2008. O Amapá também continuou o segundo estado a menos acompanhar, mas também teve mais um avanço, saltando de 17,6% a 25,2% de famílias acompanhadas.

Dentre as famílias acompanhadas no país houve mais um avanço, sendo que 98,6% cumpriu totalmente os compromissos na área de saúde. Os estados que mais cumpriram de forma total a condicionalidade foram o Rio Grande do Norte (99,5%), Sergipe (99,5%) e Pernambuco (99,5%). Os que menos cumpriram de forma total foram São Paulo (96,5%) e Acre (96,8%).

Em alguns estados, houve uma parcela das famílias que descumpriu totalmente os compromissos. O estado com maior proporção dessas famílias foi o Acre (0,05% = 12 famílias).

Tabela 11

Acompanhamento de Saúde - Famílias (2008)											
UF	Quantidade de Famílias	Famílias Totalmente Acompdas.	%	Famílias Parcialmente Acompdas.	%	Cumpriram Totalmente	%	Cumpriram Parcialmente	%	Descump.	%
Região Centro-Oeste											
DF	37.827	13.346	35,3%	338	0,9%	13.242	96,8%	439	3,2%	3	0,022%
GO	257.229	130.834	50,9%	810	0,3%	129.631	98,5%	1.995	1,5%	18	0,014%
MS	110.038	64.880	59,0%	1.567	1,4%	64.724	97,4%	1.713	2,6%	10	0,015%
MT	130.154	66.997	51,5%	1.161	0,9%	66.766	98,0%	1.386	2,0%	6	0,009%
Total da Região	535.248	276.057	51,6%	3.876	0,7%	274.363	98,0%	5.533	2,0%	37	0,013%
Região Norte											
AC	54.340	23.695	43,6%	443	0,8%	23.354	96,8%	772	3,2%	12	0,050%
AM	204.802	126.242	61,6%	727	0,4%	125.517	98,9%	1.433	1,1%	19	0,015%
AP	36.667	9.063	24,7%	173	0,5%	9.028	97,7%	205	2,2%	3	0,032%
PA	507.929	272.579	53,7%	2.577	0,5%	271.139	98,5%	3.980	1,4%	37	0,013%
RO	94.649	43.564	46,0%	321	0,3%	43.247	98,5%	632	1,4%	6	0,014%
RR	33.312	22.449	67,4%	127	0,4%	22.291	98,7%	279	1,2%	6	0,027%
TO	100.675	64.115	63,7%	866	0,9%	63.888	98,3%	1.089	1,7%	4	0,006%
Total da Região	1.032.374	561.707	54,4%	5.234	0,5%	558.464	98,5%	8.390	1,5%	87	0,015%
Região Nordeste											
AL	326.860	170.663	52,2%	1.047	0,3%	169.740	98,9%	1.945	1,1%	25	0,015%
BA	1.310.247	802.812	61,3%	4.322	0,3%	799.614	99,1%	7.407	0,9%	113	0,014%
CE	832.470	559.803	67,2%	6.010	0,7%	558.767	98,8%	7.018	1,2%	28	0,005%
MA	685.545	416.191	60,7%	2.936	0,4%	414.191	98,8%	4.825	1,2%	111	0,026%
PB	383.795	249.451	65,0%	1.156	0,3%	248.712	99,2%	1.877	0,7%	18	0,007%
PE	834.447	516.593	61,9%	1.399	0,2%	515.562	99,5%	2.390	0,5%	40	0,008%
PI	339.705	242.928	71,5%	1.153	0,3%	242.549	99,4%	1.521	0,6%	11	0,005%
RN	279.731	204.083	73,0%	378	0,1%	203.530	99,5%	917	0,4%	14	0,007%
SE	175.647	94.243	53,7%	280	0,2%	94.087	99,5%	433	0,5%	3	0,003%
Total da Região	5.168.447	3.256.767	63,0%	18.681	0,4%	3.246.752	99,1%	28.333	0,9%	363	0,011%
Região Sudeste											
ES	184.388	94.659	51,3%	621	0,3%	94.106	98,8%	1.160	1,2%	14	0,015%
MG	1.049.672	663.639	63,2%	5.346	0,5%	661.384	98,9%	7.562	1,1%	39	0,006%
RJ	479.494	186.737	38,9%	1.268	0,3%	186.020	98,9%	1.966	1,0%	19	0,010%
SP	1.070.440	454.393	42,4%	14.528	1,4%	452.336	96,5%	16.554	3,5%	31	0,007%
Total da Região	2.783.994	1.399.428	50,3%	21.763	0,8%	1.393.846	98,1%	27.242	1,9%	103	0,007%
Região Sul											
PR	410.197	256.193	62,5%	6.885	1,7%	255.520	97,1%	7.545	2,9%	13	0,005%
RS	396.754	196.557	49,5%	2.122	0,5%	196.055	98,7%	2.613	1,3%	11	0,006%
SC	133.949	78.579	58,7%	1.044	0,8%	77.680	97,6%	1.933	2,4%	10	0,013%
Total da Região	940.900	531.329	56,5%	10.051	1,1%	529.255	97,8%	12.091	2,2%	34	0,006%
Total do País	10.460.963	6.025.288	57,6%	59.605		6.002.680	98,6%	81.589	1,3%	624	0,010%

5. Análise de descumprimentos de condicionalidades e cancelamentos

Quando as famílias acompanhadas não cumprem as condicionalidades do programa recebem um tipo de sanção gradativa⁹, que passa por uma advertência, a suspensão do benefício e chega ao cancelamento, caso o descumprimento se repetir em cinco períodos consecutivos. Esse acompanhamento dos resultados é feito atualmente somente pelo MDS. Está sendo desenvolvido o Sistema de Gestão de Condicionalidades, que vai permitir a gestão destas pelo município.

Segundo o MDS, as sanções funcionam da seguinte forma:

- *No primeiro descumprimento, a família receberá apenas uma **advertência**, que não afeta ou altera o recebimento do benefício;*
- *No segundo descumprimento, a família terá uma sanção, o benefício será **bloqueado por 30 dias**, mas recebe acumulado no mês seguinte;*
- *No terceiro descumprimento, o benefício da família será **suspenso por 60 dias**;*
- *No quarto registro, o benefício da família será **suspenso por 60 dias**. Nesses dois períodos, as parcelas não serão geradas e a família fica sem receber;*
- *No quinto registro de descumprimento a família poderá ter o benefício **cancelado**.*

Segundo o governo federal, o objetivo das sanções gradativas não é punir a família, mas sim acompanhá-las melhor e procurar resolver os problemas que levaram ao descumprimento das condicionalidades.

Analisando o histórico de descumprimentos de 2006 a 2008, vemos que houve um pico de cancelamentos em 2007, sofrendo uma queda em 2008.

2006

No ano de 2006, não houve qualquer cancelamento do PBF. Houve apenas um número razoável de advertências, que alcançou 4,4% das famílias (373.985).

Como São Paulo mantém uma tendência de grande descumprimento das condicionalidades, este também tem sido o estado com a maior proporção de sanções aplicadas. Em 2006, 12,35% das famílias beneficiárias de SP foram advertidas. No Amapá houve a menor quantidade de famílias advertidas (0,4%).

Somando com algumas poucas suspensões, houve neste ano um total de 430.540 sanções aplicadas. A ausência de cancelamentos possivelmente se justifica pelo baixo acompanhamento de famílias em 2006, que foi de apenas 34,5%.

⁹ Portaria GM/MDS nº 321, de 29 de setembro de 2008

Tabela 12

Repercussão por Descumprimento de Condicionalidades - 2006						
UF	Advertência	Bloqueio	1ª Suspensão	2ª Suspensão	Cancelamento	TOTAL
Região Centro Oeste						
Distrito Federal	291	-	-	-	-	291
Goiás	6.397	573	-	-	-	6.970
Mato Grosso do Sul	4.239	528	2	-	-	4.769
Mato Grosso	2.180	181	-	-	-	2.361
Total da região	13.107	1.282	2	-	-	14.391
Região Norte						
Acre	2.449	639	-	-	-	3.088
Amazonas	3.834	164	-	-	-	3.998
Amapá	58	-	-	-	-	58
Pará	10.180	984	1	-	-	11.165
Rondônia	815	66	-	-	-	881
Roraima	351	8	-	-	-	359
Tocantins	2.183	227	-	-	-	2.410
Total da região	19.870	2.088	1	-	-	21.959
Região Nordeste						
Alagoas	5.774	726	-	-	-	6.500
Bahia	32.457	6.216	3	-	-	38.676
Ceará	25.846	2.766	1	-	-	28.613
Maranhão	6.532	221	1	-	-	6.754
Paraíba	7.997	727	-	-	-	8.724
Pernambuco	18.716	1.199	2	-	-	19.917
Piauí	2.385	169	-	-	-	2.554
Rio Grande do Norte	3.631	333	3	-	-	3.967
Sergipe	3.680	318	1	-	-	3.999
Total da região	107.018	12.675	11	-	-	119.704
Região Sudeste						
Espírito Santo	9.193	1.369	1	-	-	10.563
Minas Gerais	59.471	8.592	7	-	-	68.070
Rio de Janeiro	22.325	4.538	8	-	-	26.871
São Paulo	101.757	19.235	14	-	-	121.006
Total da região	192.746	33.734	30	-	-	226.510
Região Sul						
Paraná	21.964	3.469	2	-	-	25.435
Rio Grande do Sul	16.234	2.953	2	-	-	19.189
Santa Catarina	3.046	306	-	-	-	3.352
Total da região	41.244	6.728	4	-	-	47.976
Total do País	373.985	56.507	48	-	-	430.540

2007

Em 2007, começou-se a aplicar os cancelamentos e todos os outros tipos de sanções anteriores a este, havendo uma média total de 1.513.367 sanções aplicadas neste ano. Um número bem maior de famílias foi advertido, chegando a 8,3% do total (873.395). O estado com a maior proporção de advertências continuou a ser São Paulo, que chegou a aplicar 219.228 advertências, o equivalente a 20% das famílias beneficiárias do estado. O segundo estado que mais advertiu, como em 2006, foi o Rio de Janeiro (12,4% das famílias).

Em um universo de 10,5 milhões de famílias, houve 34.050 cancelamentos, sendo São Paulo o estado que mais cancelou o recebimento do benefício (17.805 famílias = 1,6% das famílias do estado). No DF e

no Amapá não houve qualquer cancelamento, fato que sinaliza a falta de acompanhamento eficaz das famílias beneficiárias nessas unidades da federação.

Tabela 13

Repercussão por Descumprimento de Condicionais - 2007						
UF	Advertência	Bloqueio	1ª Suspensão	2ª Suspensão	Cancelamento	TOTAL
Região Centro-Oeste						
Distrito Federal	1.462	271	30	-	-	1.763
Goiás	14.588	5.067	1.934	679	292	22.560
Mato Grosso do Sul	12.134	4.561	1.671	519	190	19.075
Mato Grosso	8.802	2.703	571	123	29	12.228
Total da região	36.986	12.602	4.206	1.321	511	55.626
Região Norte						
Acre	4.049	694	504	70	13	5.330
Amazonas	12.829	2.817	736	188	46	16.616
Amapá	1.024	174	27	2	-	1.227
Pará	20.732	3.381	1.271	178	46	25.608
Rondônia	7.546	1.728	494	168	83	10.019
Roraima	1.738	248	44	7	-	2.037
Tocantins	7.066	2.299	957	393	209	10.924
Total da região	54.984	11.341	4.033	1.006	397	71.761
Região Nordeste						
Alagoas	12.691	3.655	1.347	360	107	18.160
Bahia	77.750	25.925	9.322	2.504	934	116.435
Ceará	52.017	18.406	6.979	2.057	789	80.248
Maranhão	16.396	2.913	570	102	27	20.008
Paraíba	23.128	7.909	2.706	839	307	34.889
Pernambuco	43.557	14.026	4.089	1.079	381	63.132
Piauí	9.904	2.047	561	123	22	12.657
Rio Grande do Norte	17.855	5.526	1.708	505	177	25.771
Sergipe	12.607	4.015	1.383	434	144	18.583
Total da região	265.905	84.422	28.665	8.003	2.888	389.883
Região Sudeste						
Espírito Santo	23.315	10.801	4.626	1.581	758	41.081
Minas Gerais	122.392	55.792	24.875	9.181	4.689	216.929
Rio de Janeiro	54.284	27.238	13.840	5.724	3.351	104.437
São Paulo	219.228	128.126	68.772	29.036	17.805	462.967
Total da região	419.219	221.957	112.113	45.522	26.603	825.414
Região Sul						
Paraná	51.633	24.867	11.588	4.149	2.170	94.407
Rio Grande do Sul	36.562	16.239	7.605	2.608	1.395	64.409
Santa Catarina	8.106	2.509	916	250	86	11.867
Total da região	96.301	43.615	20.109	7.007	3.651	170.683
Total do País	873.395	373.937	169.126	62.859	34.050	1.513.367

2008

Neste ano, houve bem menos advertências, bloqueios e suspensões do que em 2007. No entanto, o número e a proporção de cancelamentos aumentaram. Houve 50.650 cancelamentos, cerca de 0,48% da média das famílias beneficiárias no ano.

São Paulo continuou sendo o estado com maior quantidade e proporção de famílias que pararam de receber o benefício por meio de cancelamento, que chegou a 26.306 (2,46% da média de famílias dos estado). O Rio de Janeiro também continua com a segunda maior proporção de cancelamentos.

Tabela 14

Repercussão por Descumprimento de Condicionais - 2008						
UF	Advertência	Bloqueio	1ª Suspensão	2ª Suspensão	Cancelamento	TOTAL
Região Centro Oeste						
Distrito Federal	580	118	47	10	1	756
Goiás	8.292	2.909	1.521	765	575	14.062
Mato Grosso do Sul	5.227	2.535	1.242	616	382	10.002
Mato Grosso	4.595	1.887	978	387	130	7.977
Total da região	18.694	7.449	3.788	1.778	1.088	32.797
Região Norte						
Acre	1.592	405	164	59	24	2.244
Amazonas	6.586	2.094	718	298	177	9.873
Amapá	489	150	63	20	4	726
Pará	14.261	2.834	816	323	131	18.365
Rondônia	3.063	944	453	199	136	4.795
Roraima	3.535	367	84	24	7	4.017
Tocantins	2.685	851	427	253	203	4.419
Total da região	32.211	7.645	2.725	1.176	682	44.439
Região Nordeste						
Alagoas	8.390	1.961	761	323	153	11.588
Bahia	29.360	10.526	5.685	2.798	1.608	49.977
Ceará	21.050	7.995	4.071	2.032	1.268	36.416
Maranhão	14.712	2.360	646	218	107	18.043
Paraíba	8.355	2.999	1.777	836	528	14.495
Pernambuco	18.719	6.498	3.140	1.273	610	30.240
Piauí	4.397	1.069	458	200	84	6.208
Rio Grande do Norte	6.064	2.329	1.156	556	326	10.431
Sergipe	5.495	2.060	1.083	488	250	9.376
Total da região	116.542	37.797	18.777	8.724	4.934	186.774
Região Sudeste						
Espírito Santo	10.425	4.540	2.857	1.681	1.116	20.619
Minas Gerais	40.615	19.285	12.450	7.506	5.906	85.762
Rio de Janeiro	19.840	11.180	7.556	4.771	4.343	47.690
São Paulo	76.224	46.415	36.788	27.505	26.306	213.238
Total da região	147.104	81.420	59.651	41.463	37.671	367.309
Região Sul						
Paraná	20.159	9.935	6.935	4.900	3.693	45.622
Rio Grande do Sul	14.498	7.250	4.919	2.890	2.333	31.890
Santa Catarina	4.435	1.573	776	445	249	7.478
Total da região	39.092	18.758	12.630	8.235	6.275	84.990
Total do País	353.643	153.069	97.571	61.376	50.650	716.309

Brasília, 09 de março de 2009.

Confederação Nacional de Municípios
Presidente Paulo Ziulkoski

Desenvolvimento do Estudo
Área de Estudos Técnicos da Confederação Nacional de Municípios

Equipe
Giane Boselli (CNM)
Eduardo Stranz (CNM)